



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640276 - PR (2021/0014372-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : TULIO MARCELO DENIG BANDEIRA
ADVOGADO : TULIO MARCELO DENIG BANDEIRA - PR026713
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : JOAQUIM PEREIRA DE PAULO NETO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAQUIM PEREIRA DE PAULO NETO em que se aponta como autoridade coatora o TRF 4ª Região (HC n. 50046015720204047002).

Afirma a impetração que o paciente encontra-se como investigado em inquérito que já dura anos e, impetrado previamente *habeas corpus* nesta Corte, não foi conhecido, por decisão monocrática do Ministro Ribeiro Dantas, em 8 de outubro de 2020, mas com recomendação de que fosse a investigação terminada em 90 dias (HC n. 614.149/PR).

Não teria sido obedecida a recomendação desta Corte, pois o inquérito ainda persiste.

Requer, liminarmente, a suspensão do inquérito. No mérito, a concessão da ordem para trancar a investigação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O presente *writ* é reiteração do HC n. 614.149/PR, pois tem como ato coator o mesmo acórdão do Tribunal de origem e alvitra idêntica medida, ou seja, o trancamento do inquérito 50066253420154047002.

Nesse contexto, trata-se de pedido que não merece prosperar, pois, além de ser repetição de outro já analisado por esta Corte, não vem guarnecido de qualquer documento.

O fato de trazer um elemento novo, ou seja, que a recomendação desta Corte não teria sido cumprida, não o torna diferente do primeiro *habeas corpus*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência